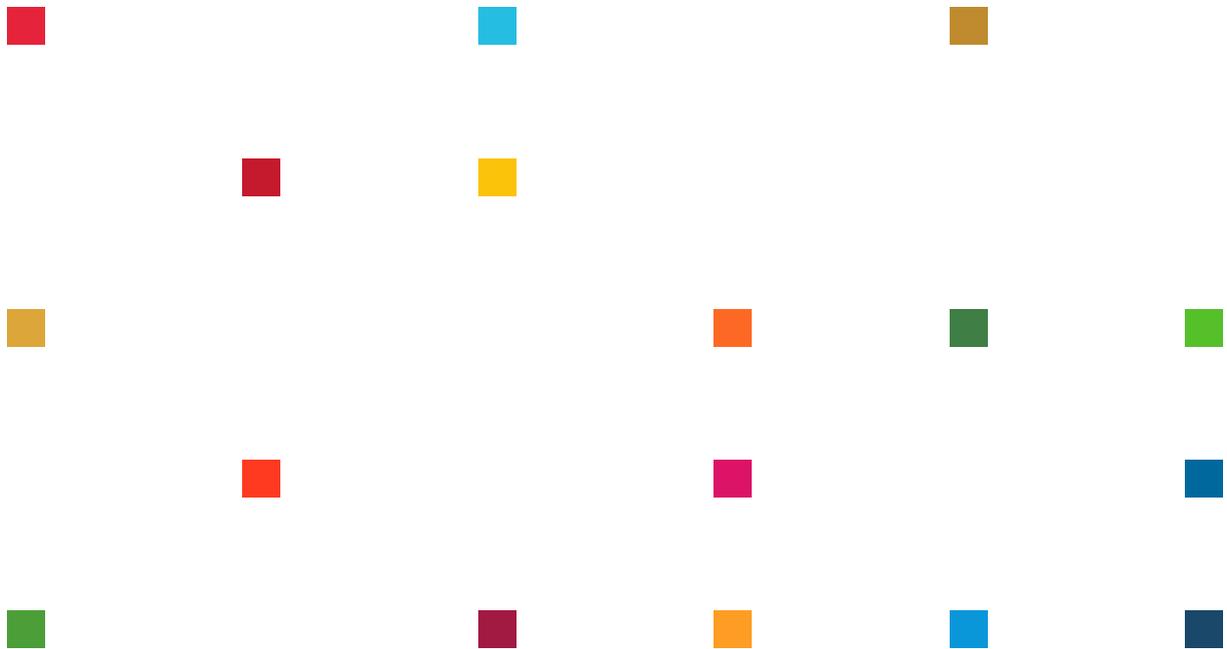


RELATÓRIO VOLUNTÁRIO NACIONAL 2023 SOBRE A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

QUAIS OS CONTRIBUTOS DOS MUNICÍPIOS?





ÍNDICE

Introdução	2
Metodologia	3
O que este relatório não é	4
Medidas Transformadoras e Boas Práticas	4
Medidas Transformadoras para o ODS 13	5
Medidas Transformadoras para o ODS 17	9
Medidas Transformadoras para outros ODS	13
A localização dos ODS pela RICD	17
Desafios e soluções para a localização dos ODS pela RICD	19



INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 é uma agenda universal. Sendo os municípios a forma de governação mais próxima dos cidadãos, estes encontram-se numa situação privilegiada para assegurar que a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) passa por todos. A localização dos ODS permite a construção de uma linguagem comum e de uma narrativa que fomenta uma visão abrangente do município, integrando diferentes níveis de complexidade – social, económica, ambiental, inclusive ao nível setorial.

A Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento (RICD) está comprometida com a boa prossecução dos ODS, tal como refletido na sua mais recente declaração política de março de 2023, que pode ser consultada na seguinte ligação: <http://www.redesparaodesenvolvimento.org/index.php?noticia=259>. Este relatório pretende fornecer uma visão geral dos contributos da Rede Intermunicipal de Cooperação para o Desenvolvimento RICD para a sustentabilidade, descrevendo boas práticas para o avanço dos ODS e os principais mecanismos que permitem alcançar esse progresso.

METODOLOGIA

Este relatório é uma compilação de contributos dos municípios da Amadora, Faro, Grândola, Loures, Maia, Matosinhos, Miranda do Corvo, Odivelas, Palmela, Seixal, Setúbal e Vila Nova de Poiares. A participação de cada município foi feita através de entrevista(s) qualitativas e contributos escritos com base num guião comum.

Os municípios foram convidados a apresentar medidas que considerem transformadoras para a implementação dos ODS, nomeadamente o ODS 13 Ação climática – pelo enquadramento do projeto People & Planet – 17 Parcerias para o Desenvolvimento – para refletir o papel da RICD enquanto ator de desenvolvimento, tal como referido na Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030; e qualquer outro ODS em que o município identifique práticas distintivas. Não se trata assim de uma reflexão quantitativa sobre o progresso dos Objetivos ao nível local, mas sim de uma visão geral das medidas transformadoras que permitem atingir esse progresso. Os municípios foram também convidados a partilhar os seus mecanismos internos para a localização dos ODS, bem como a reconhecer constrangimentos existentes e respetivas soluções.



Este relatório enquadra-se no **People & Planet: A Common Destiny**, um projeto pan-europeu de mobilização de jovens cidadãos e autoridades locais no combate às alterações climáticas.

É financiado pela União Europeia através do Programa DEAR, com cofinanciamento do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., envolvendo 17 organizações (autoridades locais e OSC) de 8 Estados-membros da UE e Cabo Verde, sob a coordenação da Câmara Municipal de Loures. Em Portugal, o projeto é implementado pelo consórcio composto por Loures, pela RICD, pelo IMVF, e pela FUEL.



O QUE ESTE RELATÓRIO NÃO É

Este documento não pretende ser uma compilação de Relatórios Voluntários Locais (RVL): estes são instrumentos basilares na monitorização de avanços de um território, e podem sustentar a ação transformadora e inclusiva dos atores locais para o cumprimento aos ODS. Alguns membros da RICD já desenvolveram ou estão no processo de desenvolver um RLV. Não obstante a importância destes instrumentos, este relatório não pretende substituí-los, mas antes fornecer uma visão integrada das práticas da RICD.



MEDIDAS TRANSFORMADORAS E BOAS PRÁTICAS

Existindo já diversos relatórios que incluem a representação estatística do progresso dos ODS ao nível local, interessa aqui identificar medidas transformadoras ou boas práticas enquanto exemplos qualitativos de projetos e iniciativas, em curso ou futuras, que permitem alcançar esse progresso. Desta forma, as medidas transformadoras que foram consideradas neste contexto contemplam:

- um objetivo específico;
- soluções, abordagens e processos inovadores;
- uma avaliação prévia de necessidades existentes;
- promoção e valorização de parcerias;
- um impacto significativo que melhore a tendência atual de implementação dos ODS.



AMADORA

Plano de Educação Ambiental

Este plano de renovação anual inscreve os ODS em cada atividade, estando o portfolio completo de ações divididos entre diversos temas, desde a água, aos resíduos e biodiversidade. Este plano é um documento pragmático que permite a sua operacionalização por todos os profissionais de educação formal e não formal.

FARO

Horta Comunitária de Faro

Uma iniciativa que disponibiliza a particulares e instituições de solidariedade social uma área para a prática de agricultura biológica e sustentável. A horta foi inaugurada por ocasião do Dia da Cidade em 2022 e conta atualmente com 26 talhões. Esta é uma das medidas de resiliência que Faro tem incluído no seu planeamento urbano e que, ao promover o envolvimento ativo dos cidadãos, contribui para a consciencialização da população em relação aos problemas ambientais.

GRÂNDOLA

Em Raiz'artes

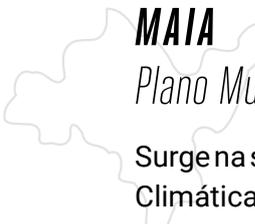
Trata-se de um projeto de educação não formal que teve início em 2018 e que atua como promotor de ações educativas ambientais e, simultaneamente, como facilitador do encontro entre várias estruturas já existentes na comunidade, inclusive associações juvenis. O projeto tem vindo a aumentar e alargar o trabalho em rede, sendo cada vez mais variada e rica a oferta deste serviço educativo não formal, incluindo atividades dirigidas a toda a comunidade, promovendo a intergeracionalidade, e sempre com o cuidado da promoção do património local.



LOURES

Projeto de Eficiência Hídrica

Trata-se de um projeto-piloto de aproveitamento e reutilização da água das Piscinas Municipais da Portela com o objetivo de evitar o desperdício. Em parceria com a GesLoures, a água recuperada das piscinas é utilizada para a rega de toda a área ajardinada no perímetro circundante do equipamento, bem como para o abastecimento de veículos para lavagens de ruas e regas manuais (e outros usos não potáveis) pelas juntas de freguesia vizinhas. A reutilização dos 20 metros cúbicos de água por dia equivale a 80 mil copos de água, 4 mil descargas de autoclismo ou 800 duchas de 5 minutos.



MAIA

Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas

Surge na sequência da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas da Maia (EMAAC- Maia), realizada no início de 2019, e na necessidade sentida pelo Município de colocar na agenda política local a prioridade à adaptação climática, numa ótica de aprofundar o conhecimento existente sobre o problema e os seus impactos locais e definir um quadro operacional para a estratégia definida. Resultou de um processo participativo e de consulta com técnicos municipais e de variados atores-chave locais.



MATOSINHOS

Matosinhos Neutralidade Carbónica 2030

Tendo atingido em 2020 a meta de descarbonização prevista para 2030, o município traçou como objetivo reduzir em 85% as emissões de carbono até àquele ano, antecipando, assim, a meta prevista para 2050. Seguindo a constituição do CLA - Conselho Local de Acompanhamento do Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima (CLA-PAESC), foram realizados encontros com partes interessadas, incluindo juntas de freguesia e as diversas unidades orgânicas camarárias, com o intuito de desenvolver o Roteiro para a Neutralidade Carbónica. Em acréscimo de workshops com jovens, o município irá num futuro próximo desenvolver um Laboratório de Cidadania pela Transição Climática.



MIRANDA DO CORVO

Miranda+Bio

No âmbito da RecolhaBio – Apoio à implementação de projetos de recolha seletiva de biorresíduos” do Fundo Ambiental, este é um projeto de compostagem comunitária e doméstica, que inclui campanhas de sensibilização ambiental com foco na temática da reciclagem e valorização dos bio resíduos e introdução de novas tecnologias. como uma aplicação inovadora que permite a mensuração de quantitativos de composto produzido por agregado familiar em tempo real. Através do tratamento e valorização dos bio resíduos, o município aproveita todo o seu potencial positivo, ambiental e económico, cobrindo os gastos das entidades gestoras com a consequente diminuição das tarifas aplicadas ao produtor.



ODIVELAS

Compostagem Doméstica

A Câmara, em parceria com a Valorsul, desenvolveu um programa de compostagem doméstica que compreende a oferta de compostores domésticos e a realização de ações de formação aos respetivos utilizadores. O programa visa proporcionar aos munícipes cujas habitações possuam quintal, horta ou jardim, a possibilidade de produzirem adubo orgânico através da reciclagem de resíduos biodegradáveis domésticos, permitindo assim produzir composto para fertilizar a terra, enriquecer o solo e diminuir a quantidade de matéria orgânica misturada com os resíduos indiferenciados urbanos.



PALMELA

Campanha "A Nossa Serra – Ama. Planta. Cuida"

No seguimento do incêndio de 2022 que resultou numa área ardida de cerca 415 hectares, realizaram-se ações de reflorestação nas Encostas do Castelo de Palmela, Vale Barris, Serra do Louro e Serra de S. Luís tendo em conta as orientações/regulamento do Parque Natural da Arrábida, com a reintrodução de plantas e vegetação autóctones e adequadas às características da Serra. Estas ações contaram com um forte envolvimento da comunidade com centenas de voluntárias/os a associarem-se a esta causa e com o contributo de diversas empresas, numa lógica de responsabilidade social.



SEIXAL

Seixal On

Lançado em março de 2020, é uma marca que agrega um conjunto de ideias e projetos inovadores, assentes em soluções tecnológicas promotoras do conhecimento nas áreas do ambiente, biodiversidade, mobilidade, energia, descarbonização, qualidade do ar e alterações climáticas, tendo como principal objetivo, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos num município sustentável. Com apoio do Fundo Ambiental, o projeto foi distinguido em 2022 com o Prémio ODSlocal na Subcategoria Boa Prática Individual atribuído pela Plataforma ODS Local.



SETÚBAL

Bridging European and Local Climate Action – BEACON

Projeto europeu para apoio técnico e formações para adaptar boas práticas de medidas bem-sucedidas de redução de emissões e implementá-las com sucesso no seu contexto local, num contexto de partilha e aprendizagem. Um dos resultados deste projeto assente na troca de experiências é o roteiro, um documento com a visão geral das áreas temáticas e recomendações principais da mitigação das alterações climáticas, sendo que a comunicação de informação em tempo real sobre a poluição atmosférica em determinadas ruas do município foi integrada como exemplo de caso.



VILA NOVA DE POIARES

Plano de adaptação às alterações climáticas Vila Nova de Poiares – PAAC

Este plano resultou do projeto “Adaptação às Alterações Climáticas em Vila Nova de Poiares”, o qual permitiu reforçar a estratégia do município e minimizar e prevenir eventos climáticos extremos. Traduzindo-se numa visão regenerativa a curto, médio e longo prazo para o território, o plano é um produto da participação do município e dos seus atores-chave na análise e avaliação das medidas, enquanto processo dinâmico e contínuo. Foi apresentado ao público num workshop final que mobilizou a população para as questões relacionadas com as alterações climáticas e soluções para mitigar os seus efeitos, e ainda, compreender as vulnerabilidades do município e como atuar para fomentar a sua resiliência.



AMADORA

Adesão à Aliança ODS Portugal

Adesão feita em 2020 a esta estrutura das Nações Unidas para os ODS em Portugal, a qual integra entidades do setor empresarial, participantes do UN Global Compact e outras entidades, entre as quais alguns municípios, e dará também uma especial atenção às orientações e guias provenientes das Nações Unidas e suas agências, OCDE, entre outros organismos internacionais, bem como às diretivas da União Europeia.

FARO

Reativação da mais antiga geminação com Hayward (Califórnia, EUA)

Esta reativação passou pela inauguração do Parque Centenário Júlio Brás naquela cidade americana, bem como pela assinatura de um protocolo de cooperação entre a Universidade do Algarve e a Universidade da Califórnia East Bay, tendo, ainda, sido lançadas as bases para a realização de colaborações entre as duas cidades na área da gestão de recursos hídricos e alterações climáticas, bem como no intercâmbio cultural e estudantil.

GRÂNDOLA

Diversas ações no âmbito da geminação com o Tarrafal (Cabo Verde)

Sendo esta geminação já antiga, acolhe ações de carácter variado, inclusive para a promoção de boas práticas. Exemplos incluem a futura celebração coletiva dos 50 anos do 25 de Abril com o Tarrafal, como forma de reavivar laços, o envio de um autocarro de forma sinérgica com outros municípios da Rede Intermunicipal de Cooperação com o Tarrafal para promover a mobilidade naquela vila, bem como o apoio da sua candidatura à UNESCO enquanto património cultural, tendo o município reconhecido politicamente a importância desta ação.



LOURES

PAB_LivingLAB – Vive a descarbonização do Parque Adão Barata

Tem como objetivo reduzir a intensidade carbónica das atividades e serviços do Parque Adão Barata (PAB) através da implementação de soluções tecnológicas inovadores. Para fazer deste parque um ponto de transformação, o município conta com diversas parcerias locais que vão desde a eficiência hídrica, a uma restauração sustentável, tecnologia inovadora para a eficiência energética. Para além de todas as parcerias institucionais do projeto, o município promove outras parcerias locais para reduzir a intensidade carbónica do Parque de uma forma integrada.



MAIA

Parceria com o Banco de Leite de São Tomé e Príncipe

Com base nesta parceria mais de 10 anos, o município tem contribuído para diversas ações. Juntamente a outras entidades nacionais em angariações de arroz e leguminosas para suprir carências alimentares da população mais jovem e mais idosa de São Tomé e Príncipe abrangida pelo projeto. Estas carências alimentares são decorrentes principalmente de efeitos causados pela pandemia por Covid-19 e da consequente dificuldade em termos de transporte para São Tomé e Príncipe. Juntamente com o Município do Seixal, a Maia iniciou também uma Campanha de recolha de alimentos, roupas, livros e brinquedos que foram enviados para aquele país parceiro.



MATOSINHOS

Projeto Atelier

Parceria estabelecida com as cidades de Amesterdão e Bilbao, sendo Matosinhos, Budapeste, Riga, Copenhaga, Bratislava e Cracóvia cidades parceiras. Tem como objetivo fazer a ligação das cidades inteligentes, com a eficiência energética, mobilidade e integração de renováveis. Através da troca entre partes, esta iniciativa apoia o plano de ação para a descarbonização do município até 2050, tal como descrita na boa prática do ODS 13.



MIRANDA DO CORVO

Projeto Kuida Di Bo, Mudger

Prevenção do Cancro do Colo do Útero em Cabo Verde: o município foi parceiro no projeto de Prevenção do Cancro do Colo do Útero em Cabo Verde, com recurso à pesquisa HPV e abordagem participativa baseada na comunidade, em articulação com as mais diversas entidades cabo-verdianas e portuguesas. Este projeto, baseado numa geminação, visa não só o rastreio e vacinação como ainda sobre a educação da comunidade e mobilização comunitária, trabalhando em equipa multidisciplinar e intercultural, com formação de 30 mulheres na prevenção e na educação sexual das jovens de várias comunidades de Santa Catarina.



ODIVELAS

Protocolo de Geminação com São Caetano de Odivelas (Brasil)

Tem por objeto a promoção das medidas necessárias para assegurar o intercâmbio e a aproximação entre os “municípios irmãos” no âmbito das relações económicas, culturais, sociais, turísticas, ambientais, desportivas, académicas, boas práticas e modernização administrativa.



PALMELA

Ação de capacitação em cerâmica, azulejaria e pintura com o município de S. Filipe (Cabo Verde)

No seguimento de uma cooperação que já data de 1996, Palmela celebrou um protocolo com S. Filipe, bem como com a ADREPAL, Lda., para desenvolver ações de capacitação e/ou formação da população residente naquele município cabo-verdiano em cerâmica, azulejaria e pintura, e como forma de potenciar ações orientadas para a criação de emprego que passem pela valorização e promoção da cultura, do património local e turismo.



SEIXAL

Diversas ações de cooperação para o desenvolvimento no âmbito de geminações com os municípios de Lobata (S. Tomé e Príncipe), Boa Vista (Cabo Verde) e Beira (Moçambique)

Com enfoque no apoio à resiliência às alterações climáticas; no combate à fome e à pobreza infantil; acesso à água potável; e ao nível da salubridade e ambiente. Incluem-se ainda a realização de um seminário sobre “Os municípios rumo a 2030” e de iniciativas de promoção da paz junto aos municípios supra-mencionados, via plataformas digitais.



SETÚBAL

Parceria com o ISPA para o projeto Kids Dive

promotor de conhecimento e sensibilização para a sustentabilidade marinha, tem estado ativo no município com a dinamização de workshops e batismos de mergulho para a comunidade escolar. O projeto de âmbito nacional, para crianças e jovens dos 8 aos 17 anos, é promovido pelo Ispa pelo MARE – Centro de Ciências do Mar e do Ambiente, em colaboração com várias entidades.



VILA NOVA DE POIARES

Geminação com o Maio (Cabo Verde), Caué (São Tomé e Príncipe), Lichinga (Moçambique), Liquiçá (Timor Lorosae), entre outras

O município tem assente a sua parceria com estes municípios na formação de quadros, na ajuda à aquisição de equipamentos para as escolas, material escolar para os alunos e material logístico; construção de recintos desportivos, centro escolares e infraestruturas, entre outros.



AMADORA ODS 8

Código de Boa Conduta para a prevenção e combate ao Assédio no Trabalho 2019

A adoção deste código permite ao município defender os valores da não discriminação e de combate ao assédio no trabalho, enquanto este oferece um guia no âmbito da resolução de questões éticas, morais e comportamentais, nos termos legalmente impostos pela legislação em vigor.



FARO ODS 14

Seminário Ibérico "Faro Azul, Destinos Turísticos Inteligentes"

Organizado em 2023, e sendo um sucessor de um projeto mais antigo (o Odyssea Blue Heritage II), este seminário juntou especialistas, profissionais e líderes da indústria nacionais e espanhóis, com o objetivo de discutir as últimas tendências e inovações no turismo azul. O encontro abordou casos de sustentabilidade e práticas ambientais, bem como o potencial e a promoção dos destinos inteligentes de turismo azul, compartilhando boas práticas e histórias de sucesso, considerando fatores como o impacto ambiental, a preservação cultural e o desenvolvimento económico.



GRÂNDOLA ODS 10

Programa "Viver Solidário"

Promoção da qualidade de vida da pessoa idosa: tem como público-alvo a população com 65 e mais anos e visa a promoção de atividades de ocupação de tempos livres, que proporcionem uma velhice mais ativa, vivida com mais qualidade. De forma a melhor promover a inclusão destas faixas etárias, o programa inclui atividades permanentes e rotativas dinamizadas em cada localidade, para além da "Feira Sénior Geração +", que pretende dar visibilidade ao trabalho realizado ao longo do ano.



LOURES ODS 4

Conjunto de ações da Rede de Bibliotecas

Para além das ações 'Tardes em cheio', que promove a literacia entre famílias; 'Livros nos Parques', que levam os livros aos espaços verdes municipais; ou as 'Férias em cultura', que promovem atividades diversificadas de caráter lúdico-pedagógicas, as bibliotecas municipais têm uma mostra permanente 'Por um mundo melhor', com sugestões de leitura associadas aos ODS, e promovem semanalmente nas suas redes sociais literatura associada a um ODS específico.



MAIA ODS 1

Maia Inclui

É um Projeto que fomenta a participação ativa, a diversidade e o desenvolvimento de competências pessoais, parentais, familiares, escolares e de empregabilidade, promovendo desta forma as relações interpessoais, o bem-estar e a coesão social. A sua tipologia de intervenção concentra-se em "abordagens integradas para a inclusão ativa", através de programas integrados de inovação e experimentação social e de animação territorial, envolvendo redes sociais sub-regionais. O Projeto integra-se no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Maia (PEDU) e contribui para o Eixo Prioritário 7 – "Inclusão Social e Pobreza" do Fundo Social Europeu.



MATOSINHOS ODS 6

O Mar Começa Aqui

Em parceria com o programa Eco-Escolas, envolve a comunidade escolar através da pintura das sarjetas com um desenho alusivo à temática e selecionado no âmbito de um concurso para os alunos das escolas. Contribui assim para educação bem como para a proteção da vida marinha.



MIRANDA DO CORVO ODS 4

Mentes Brilhantes

Desenvolvido pela FADFP, trata-se de uma abordagem ao ensino experimental das ciências, contribuindo para aprofundar a relevância da educação em ciência e para o desenvolvimento de capacidades como a imaginação e a criatividade e muito especialmente de competências de cidadania. Com mais de 8 anos de trabalho realizado junto dos alunos, professores e educadores, o projeto Mentes Brilhantes destaca-se pela sua vertente “hands on” baseado no saber fazer e na interação dos alunos com temas e materiais de laboratório acima do nível escolar frequentado. Com base em diversas parcerias, este projeto educativo está assente no Direito à educação no sentido de promover o desenvolvimento da personalidade da criança, dos seus dons e aptidões mentais e físicas, são princípios consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança.



ODIVELAS ODS 4

VII MOPE / Mostra de Ofertas Profissionais e Educativas

Trata-se de uma feira já com diversas edições e que procura promover as ofertas educativas existentes nas escolas públicas do concelho de Odivelas, bem como as demais ofertas formativas e profissionais existentes na área metropolitana de Lisboa. iniciativa tem pretendido mostrar aos visitantes, ao longo das suas edições, a enorme variedade de opções para aprender, educar, treinar, orientar e qualificar, em contextos diferenciados e de acordo com necessidades de cada um. A importância da educação e formação para o desenvolvimento e sucesso pessoal é determinante num mercado cada vez mais competitivo e complexo, mas, ao mesmo tempo, cheio de oportunidades.



PALMELA ODS 10

Turismo Inclusivo – Promoção de atividades em meio natural por pessoas de mobilidade reduzida.

O município adquiriu uma cadeira para pessoas com mobilidade reduzida (mono roda, modelo Joelette) destinada ao pedestrianismo e outras atividades em meio natural. Com base num protocolo com duas empresas de animação turística, esta iniciativa permite a descoberta, por munícipes e visitantes, do património natural do território de Palmela, em particular das suas várias propostas de percursos pedestres dentro e fora do Parque Natural da Arrábida, que, de outra forma, permaneceriam inacessíveis.



SEIXAL ODS 16

Movimento de Municípios pela Paz

Lançado e coordenado pelo município, o Movimento conta atualmente com outros 61 municípios membro, no âmbito do qual é implementado um plano de atividades comum que dá ênfase à Educação para a Paz. Incluiu a organização de uma missão à Palestina e consequente organização de um conjunto de ações de informação e sensibilização sobre esta questão, bem como a organização de uma colónia de férias dirigida a jovens do Seixal na qual participaram também 19 jovens provenientes de campos de refugiados da Palestina da Cisjordânia e na Jordânia. Para além da produção de produtos específicos, como um vídeo produzido pelos jovens participantes na colónia, o movimento lidera também ações de apelo à ratificação, por Portugal, do tratado de não proliferação de armas nucleares.



SETÚBAL ODS 3

Bicho de 7 Cabeças – Conversas Simples sobre Saúde Mental

Trata-se de um círculo de partilha e entajuda, dirigido a jovens, e que promove uma abordagem descomplicada e leve sobre a saúde mental, não assente em consultas mas em debate aberto. Tendo tido início online durante a pandemia, o impacto positivo que se fez sentir levou à sua extensão no tempo.



VILA NOVA DE POIARES ODS 11

Programa de Reabilitação Urbana

Trata-se de um programa a pelo menos 10 anos para um conjunto de intervenções no espaço público e privado para recuperar, regenerar e reabilitar património edificado degradado, dando uma nova imagem ao espaço urbano central da vila. Tendo também o intuito de alavancar investimento privado, trata-se de uma intervenção estratégica não só ao nível da fixação e atração de população, como também ao nível da mobilidade, criando zonas pedonais e cicláveis, que promovem estilos de vida mais saudáveis, para além da intervenção ao nível do parque verde.



A LOCALIZAÇÃO DOS ODS PELA RICD

A localização dos ODS tem sido executada pelos municípios da RICD de forma bastante heterogénea e a diferentes velocidades. Para esta análise, este relatório considera as grandes linhas de ação identificadas para a localização dos ODS, identificadas pela Comissão Europeia: i) comunicação ou consciencialização, ii) mapeamento, iii) monitorização e avaliação, nomeadamente através dos RVL, e iv) alinhamento total do plano estratégico com os ODS.

1. Comunicação e Consciencialização

A **comunicação e consciencialização** para os ODS podem ser desenvolvidas através de medidas como campanhas de comunicação dirigidas à própria administração ou aos cidadãos em geral. As atividades dedicadas a envolver os munícipes em geral podem também visar grupos específicos, como os jovens. Todos ou quase todos os municípios que participam neste relatório comunicam pelo menos parcialmente de que forma as suas ações se relacionam com os ODS. No entanto, apenas ocasionalmente isso acontece de forma concertada e transversal a toda a administração local, a não ser que existam diretivas específicas para tal.

Em diversos municípios, foram organizadas sessões formativas com diversos grupos-alvo em vista, como os serviços municipais ou a comunidade educativa, o que ajudou parcialmente a uniformizar a narrativa local.

Alguns membros RICD criaram ainda grupos de trabalho (ocasionalmente informais e com reuniões mensais) entre os diversos pelouros municipais para a promoção interna dos ODS, enquanto outros centram esta promoção num gabinete único, frequentemente também responsável pela recolha de informação.

Não obstante progresso significativo, não existe ainda uma prática de comunicação e consciencialização interna e externa de forma transversal em todos os municípios.

2. Mapeamento

No segundo grupo de ações, os municípios **mapeiam** as suas prioridades e linhas de ação já estabelecidas em relação aos ODS, alinhando-as com os 17 Objetivos, e destacando as medidas que contribuem para um ou mais ODS.

A maioria dos municípios já avançou com este alinhamento, inclusive de respetivos atores-chave, ainda que para alguns tal tenha acontecido de forma voluntária por iniciativa de um serviço, em vez de uma forma concertada por diretiva.

Em alguns casos, o orçamento municipal já está alinhado com os ODS, inclusive o orçamento participativo, bem como todas as novas iniciativas municipais, obrigando todos os serviços a fazer este alinhamento prévio.

3. Monitorização e Avaliação

A **monitorização e avaliação** permitem analisar o progresso dos ODS em cada contexto local. A administração local é neste sentido o ator principal e, no caso dos municípios membros da RICD, dependendo regularmente de consultores e analistas externos.

Os municípios que monitorizam o avanço dos ODS fazem-no principalmente com base em serviços externos, contratualizados, como a Rede CESOP - Local ou a plataforma ODS Local. Esta parceria permite uma monitorização regular e efetiva, tanto com base no conjunto comum de indicadores ODS, como o Índice de Sustentabilidade Municipal da Rede CESOP - Local, como num conjunto de indicadores privilegiados pelo próprio município, como o Índice de Sustentabilidade Municipal+ daquela rede. Esta flexibilidade permite assim uma análise do progresso mediante as prioridades internas definidas pela administração.

Em alguns territórios onde existe esta monitorização regular, a análise dos resultados identificados é feita em conjunto com os dirigentes, permitindo assim uma maior coerência e apropriação, e os mesmos podem ser divulgados junto aos munícipes.

Não obstante a mais-valia destes sistemas de monitorização e avaliação, a contratualização destes serviços depende caso-a-caso da decisão política e de afetação de recursos de cada, fazendo com que o progresso da localização seja desigual entre os municípios. Constata-se também que, apesar de esta monitorização regular do progresso dos ODS permitir informar frequentemente as decisões políticas de ações futuras, isso não acontece sempre ou de forma estruturada.

Em alguns casos, a integração de informação para apoio à decisão é complementada por um Sistema de Informação para o Desenvolvimento Sustentável interno ou por repositórios de dados de acesso interno, os quais contribuem simultaneamente para a comunicação e consciencialização e o alinhamento estratégico. Como referido mais acima, alguns dos municípios que contribuem para este relatório já produziram ou estão atualmente a produzir os relatórios voluntários locais.

4. Alinhamento do Plano Estratégico com os ODS

O quarto tipo de ação é o **alinhamento do plano estratégico com os ODS**. Isto acontece quando a Agenda 2030 e os ODS são totalmente integrados na definição do plano estratégico e este é utilizado como um quadro para a identificação de prioridades, medidas e estratégias de monitorização.

Todas as partes interessadas, incluindo munícipes, devem ser envolvidas, e tal implica a afetação de recursos adequados; no entanto, este processo de consulta sistematizada é apenas raramente observado entre os municípios participantes deste relatório.

Este último eixo de ação implica uma reflexão concertada sobre como os ODS abordam desafios inter-relacionados de uma perspetiva holística e geográfica, permitindo incluir a sustentabilidade no centro de todas as estratégias municipais. Igualmente importante, o alinhamento do plano estratégico com os ODS poderá também implicar uma análise dos desafios institucionais com uma perspetiva relacional entre os diversos níveis administrativos

e de forma a promover a coerência das políticas a todos esses níveis.

Este é o pacote de ações que ainda se encontra mais aquém da sua execução entre os municípios que contribuem para esta análise, sendo que apenas alguns já alinharam ou estão atualmente a alinhar o seu plano estratégico com os ODS.

A estes elementos acresce ainda o facto de alguns membros da RICD pertencerem a secções de municípios em domínios relevantes da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), como a secção para os ODS, para a Ação Climática ou 'Cidades Inteligentes', entre outros, permitindo assim maior concertação entre município de forma abrangente e coerente. Finalmente, alguns municípios são ainda membros da Aliança ODS Portugal, estrutura das Nações Unidas para os ODS em Portugal, a qual integra entidades do setor empresarial, participantes do UN Global Compact, e outras entidades, incluindo municípios.



DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA A LOCALIZAÇÃO DOS ODS PELA RICD

1. Uma Agenda Universal

Não obstante os ODS terem sido firmados em 2015, existe ainda uma tendência por parte das administrações locais em ver os Objetivos como uma agenda adicional, em vez de ser um enquadramento para moldar, melhorar e implementar as estratégias e planos municipais.

A este desafio acresce ainda a dificuldade em identificar propostas pragmáticas e operacionais com recursos adequados que permitam essa localização da agenda. Não existem ainda políticas que estabeleçam a obrigatoriedade das instituições, nomeadamente municípios, incluírem mecanismos dedicados à localização dos ODS, excluindo assim um trade-off entre opções técnicas e políticas.

Observa-se ainda frequentemente uma lacuna na produção de um roteiro que permita passar do mapeamento para o alinhamento estratégico com os ODS que seja posteriormente implementado de forma mais estruturada e partilhada por todos.

- Os ODS são uma ferramenta para passar de uma abordagem setorial para uma abordagem multissetorial e holística na conceção e implementação de estratégias e políticas. O quadro dos ODS permite aos municípios dar prioridade a certos Objetivos, enquanto consideram e gerem simultaneamente as ligações, os impactos e os compromissos relativos a outros Objetivos. Este enquadramento não deverá ser considerado apenas um luxo, mas de obrigatoriedade a todos os níveis administrativos.
- Para este feito, seria crucial contemplar programas macro de apoio aos ODS que disponibilizem ferramentas para a operacionalização e não apenas projetos esporádicos sem ligação estrutural ao planeamento estratégico dos municípios.
- Nos casos em que a ênfase é colocada mormente em projetos, seria fundamental

promover o máximo de cooperação entre os diversos níveis administrativos nacionais de forma a fomentar as boas práticas e replicabilidade – em vez de duplicação de esforços. Esta troca poderia ser feita num Fórum nacional para partilha de experiências de nível municipal.

2. Escala Adequada

As fronteiras administrativas delimitam as responsabilidades políticas, mas uma estratégia de desenvolvimento, os problemas de sustentabilidade e as suas possíveis soluções vão para lá destes limites. A falta de interação entre administrações, nomeadamente adjacentes, não permite assim que a monitorização e avaliação seja feita como uma soma entre as partes.

- Os municípios utilizam os ODS para adotar uma abordagem de área urbana funcional que ajuda a enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável à escala adequada. Tal será possível através de um esforço constante ao nível central para documentar melhor o desempenho local, nomeadamente através de plataformas únicas.
- Seria importante investir de forma centralizada em tecnologias partilhadas que permitissem a recolha, tratamento e análise de dados ao nível local de forma coerente para os diversos municípios, de forma a auxiliar as administrações locais a localizar os ODS a velocidades equiparáveis. Tal poderia ser feito com base na transversalidade e orientação comum na recolha e tratamento dos dados, sem que tal acontecesse em detrimento da consolidação de parcerias ao nível interno e externo.
- Seria ainda uma mais-valia generalizar as ferramentas de medição dos impactos das políticas locais adotadas e promover espaços de concertação para identificar possíveis soluções adicionais.
- Por fim, seria importante recorrer de forma mais consistente a dados e informações qualitativas de storytelling para mostrar o desempenho e as histórias positivas dos municípios em relação aos ODS. Os portais de dados abertos e de fácil utilização pelos cidadãos e entidades interessadas poderiam aumentar a transparência das ações para a implementação dos ODS, apresentando contributos dos diferentes atores.

3. Capacidades Insuficientes

As competências e os recursos dos municípios não são sempre suficientes de forma a investir de forma relevante na literacia do público geral e da própria administração interna, começando pela própria identificação dos ODS em alinhamento com os planos e orçamentos municipais.

- Como tal, é fundamental investir na capacitação para a localização dos ODS a todos os níveis administrativos. Tal poderá passar pelo desenvolvimento de programas de reforço de capacidades a todos os níveis municipais e de todas as dimensões. Deve ser promovido o investimento em quadros nacionais de apoio e plataformas de partilha de conhecimentos que ajudem a divulgar modelos pioneiros que possam ser reproduzidos ao nível local.

- Deve assim fomentar-se a troca de experiências intermunicipais de forma a estimular o desenvolvimento de metodologias inovadoras e direcionadas para determinados contextos.
- Para todos estes pontos, existe a necessidade de alocação de recursos suficientes em todos os processos orçamentais ao nível municipal para a localização dos ODS para garantir a implementação da Agenda 2030 e promover a continuidade das políticas ao longo dos ciclos políticos.
- Será fundamental utilizar os ODS como veículo para reforçar a responsabilização comum, envolvendo todas as partes interessadas do território em parcerias colaborativas, incluindo a sociedade civil, os cidadãos, os jovens, o meio académico e o setor privado, no processo de elaboração de políticas. É essencial co-desenhar e implementar visões e estratégias com as partes interessadas territoriais de uma forma ascendente e participativa para aumentar a responsabilidade e a transparência no processo de elaboração de políticas.
- Neste contexto, será importante envolver crianças e jovens na Agenda 2030 integrando as metas dos ODS no próprio percurso escolar, e promover consistentemente a consciencialização sobre esta agenda universal em educação formal, não-formal e informal.

4. Governação a Vários Níveis

As ações locais são fundamentais para alcançar os ODS, mas o seu contributo para as estratégias nacionais continua a ser fraco ou não visível.

- Apenas muito recentemente foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº 5/2023, de 23 de janeiro, que estabelece um modelo de coordenação e acompanhamento da implementação dos ODS. Será assim essencial garantir a coerência das políticas, a auscultação e o envolvimento sistemático dos municípios na elaboração das políticas nacionais e na monitorização da implementação dos ODS ao nível local, o que ainda não é feito de forma consistente; este pode ser um desafio, mas é essencial.
- O governo nacional deve envolver os municípios de forma atempada e estruturada no processo de Revisões Nacionais Voluntárias para reforçar a coordenação vertical, facilitar o diálogo a vários níveis sobre histórias de sucesso e desafios e incentivar os níveis locais a examinarem as disparidades locais.
- Os ODS devem ser utilizados para promover sinergias e gerar compromissos entre políticas sectoriais e entre níveis de governo para ultrapassar silos e fragmentação, ligando as dimensões social, económica e ambiental, quer ao nível dos Objetivos quer ao nível das metas.
- Deve contemplar-se o desenvolvimento de uma matriz que mostre a interconexão dos ODS e os impactos das decisões numa área sobre as outras, criando-se uma ferramenta única ao nível nacional para esse efeito.



Cofinanciado pela
União Europeia



O People and Planet: A Common Destiny é um projeto pan-europeu de mobilização de jovens cidadãos e autoridades locais no combate às Alterações Climáticas. É financiado pela União Europeia através do Programa DEAR, com cofinanciamento do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., envolvendo 17 organizações (autoridades locais e OSC) de 8 Estados-membros da UE e Cabo Verde, sob a coordenação da Câmara Municipal de Loures.

Em Portugal, o projeto é implementado pelo consórcio composto pela Câmara Municipal de Loures, pelo IMVF, pela RICD e pela FUEL.

Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. Os seus conteúdos são da exclusiva responsabilidade do projeto People & Planet e não refletem necessariamente as posições da União Europeia.